

A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA PARTICIPATIVA

**BORBA, Maribel Soares¹; PASSOS, Barbara Thoany de Souza²;
ALMEIDA, Luciana Meireles de³; RODRIGUES, Rita de Cassia⁴; COSSIO, Maria de Fátima⁵**

1. ¹Universidade Federal de Pelotas, Acadêmica do Curso de Pedagogia; ²Universidade Federal de Pelotas, Acadêmica do Curso de Pedagogia; ³Universidade Federal de Pelotas, Acadêmica do curso de pedagogia; ⁴ Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas. Professora Adjunta Co/orientadora do Projeto; ⁵Universidade Federal de Pelotas. Departamento de Ensino. Professora Adjunta/Coordenadora e Orientadora da Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa analisar as formas de organização e desenvolvimento de políticas públicas para a educação em um município da região sul do estado do Rio Grande do Sul. A escolha do município se deve ao fato de a administração atual demonstrar preocupação explícita com a democratização das relações de poder, evidenciada particularmente pela solicitação feita à Universidade Federal de Pelotas de assessoramento técnico na construção do Plano Municipal de Educação numa perspectiva participativa. Foram planejadas e analisadas todas as ações empreendidas para a elaboração do documento final do PME. Iniciada com o momento da constituição da comissão coordenadora; continuou nos encontros com as equipes gestoras das redes e das escolas para aprofundar estudos e debates acerca das conceituações sobre gestão, democracia, participação. O objetivo deste momento foi a qualificação do grupo para liderar o movimento participativo; as reuniões para levantamento da realidade local e elaboração do diagnóstico; os encontros por segmentos educacionais para levantamento das necessidades e demandas; a sistematização e elaboração do documento-síntese a ser submetido à plenária que aprovará o PME

Pretende-se, através deste projeto, analisar o processo de elaboração e implementação do plano educacional do município na perspectiva democrática, considerando que este movimento pode contribuir na construção/consolidação de espaços de participação da comunidade educacional na tomada de decisões acerca das políticas públicas que venham a impactar diretamente nas escolas em termos de democratização do acesso, da permanência e da qualidade da oferta educativa.

Tem-se como objetivo geral contribuir no processo de reflexão e discussão sobre a formulação e implementação de políticas públicas para educação, visando identificar os diferentes ciclos de políticas que envolvem uma ação de governo, ressaltando o nível e intensidade democrática. Objetiva-se, também, tornar visíveis as estratégias que mais produziram efeitos na adesão dos segmentos da comunidade escolar ao processo de participação, quais segmentos aderiram com mais intensidade e que reflexos produziram no texto final do plano; analisar o processo de elaboração do diagnóstico da realidade escolar como indutor de políticas públicas e, por fim, pretende-se acompanhar, de forma analítica, os impactos do plano, elaborado de forma participativa, na organização, funcionamento, qualidade e democratização das escolas.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

O método utilizado é o de estudo de caso, numa abordagem qualitativa. Este método permite compreender em profundidade os fenômenos que envolvem o objeto de estudos.

O desenvolvimento do estudo de caso é composto de três fases: a primeira, aberta ou exploratória, a segunda, sistemática em termos de coleta de dados e a terceira, consiste na análise e interpretação dos dados e na elaboração da escrita. O interesse do estudo incide naquilo que ele tem de único, de particular, e mesmo que, posteriormente venha a apresentar semelhanças com outras situações já estudadas, manterá seu caráter inédito.

Os estudos qualitativos, em que se insere o estudo de caso, não eliminam o pesquisador que, ao contrário, se coloca e se situa, construindo os caminhos a partir do próprio processo, numa relação dialética e interativa. Um princípio básico desse tipo de estudo é a necessidade de levar em conta as formas de produção e o contexto em que o caso se situa, buscando revelar a multiplicidade de dimensões presentes nas situações e evidenciando a interrelação entre estas.

A pesquisa consiste em duas etapas. A primeira visa verificar as formas de construção, organização e desenvolvimento das políticas, a partir de dois eixos orientadores: a. princípio educativo, manifesto em documentos e falas, consistindo no “contexto de influência”; b. proposições (ações), que se referem à elaboração de documentos que irão orientar a educação local. Neste eixo insere-se a proposição do “contexto da produção de texto”. A segunda etapa objetiva a análise dos impactos nas escolas, tendo como eixo o potencial democratizante das intenções/ações reveladas pelo grupo de gestores e pelos professores em suas práticas e inovações. Aqui se situa o “contexto da prática”, conforme a teorização formulada por Ball (1994). Neste momento da pesquisa serão observados os impactos das políticas no processo de democratização da escola, especialmente, no que se referem às formas encontradas pelas escolas para promover e ampliar os espaços de participação na tomada de decisões e as ações efetivadas para ampliar a qualidade educativa e de desempenho dos estudantes

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se atualmente em fase de finalização da primeira etapa, quando o grupo conclui a sistematização do documento-síntese do Plano que será apresentado à comunidade educacional do município para apreciação e votação.

Foi possível analisar até o momento que a fase de diagnóstico da realidade social, econômica, cultural e educacional do município permite identificar as fragilidades e potencialidades locais, situando as áreas em que a educação pode contribuir, sobretudo identificando as populações menos atendidas do ponto de vista educacional, desde a educação infantil até o ensino profissionalizante, passando pelas modalidades que mais visivelmente se tornam necessárias como a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial.

Os espaços de participação abertos à comunidade permitiram ampliar o conhecimento sobre as expectativas e necessidades da população e identificar as

emergências em termos de políticas públicas, induzindo ações conseqüentes e situadas.

O acompanhamento aos momentos de discussão entre alunos, professores, funcionários, pais e equipes gestoras da educação básica (municipal e estadual) e da educação superior (pólo da UFPel) na definição de propostas a serem contempladas no PME, foi rico em elementos que permitem afirmar que todos os segmentos não tinham o hábito de participarem nos processos de tomada de decisões. Por isso, inicialmente, a maioria das pessoas demonstrou desconfiança quanto ao que de fato poderia ser abordado e contemplado no Plano e até que ponto as suas idéias e desejos seriam levados em consideração na sistematização final do documento e nas ações efetivas das políticas públicas. Aos poucos, foram adquirindo maior confiança e os debates foram se intensificando.

Observou-se que os segmentos dos funcionários e dos alunos foram os mais participativos e entusiasmados com a oportunidade de exporem seus pensamentos e auxiliarem na construção do planejamento educacional para os próximos dez anos. O segmento dos professores, em sua maioria, mostrou-se desestimulado e alguns até verbalizaram o fato de terem participado de momentos semelhantes e não terem obtido os resultados anunciados pelos dirigentes e educacionais e desejados pela população.

Quanto ao segmento dos pais verificou-se uma pequena participação, provavelmente pelo fato já observado anteriormente, ou seja, pela falta de hábito de participar, em decorrência da ausência histórica de espaços democráticos.

4 CONCLUSÃO

Desta forma, ainda que de modo preliminar, se pode inferir que a ampliação da democracia implica em abertura de espaços que permitam à população aprender a participar, qualificando-a e, sobretudo, legitimando as decisões tomadas através do acompanhamento e controle das ações públicas.

Percebeu-se que a democratização da educação depende, em boa medida, da perspectiva e das práticas dos gestores públicos, embora o ordenamento legal da educação defina a democracia como princípio. Isto porque não basta o princípio democrático estar inscrito no texto legal, precisa ser entendido e buscado por todos (poder público e sociedade) como importante mecanismo de inserção e justiça social.

5 REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- _____. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p.99-116, Jul/Dez 2001.
- _____. Performatividade, privatização e o pós Estado. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v.25, n.89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.
- _____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.
- CÓSSIO, Maria de Fátima; RODRIGUEZ, Rita de Cássia. Plano municipal de educação: construindo espaços de participação na definição das políticas públicas. In: **ANPAE**, São Paulo, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade**. 3ª edição. Porto, Portugal: Afrontamento, 1995.

_____. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto, Portugal: Afrontamento, 2004.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.